



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade Contadoria

Caderno de Prova, Cargo B, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá o total de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Março/2007

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 20 referem-se ao texto que segue.

Verdades e máscaras

Alguém já disse que, sem o auxílio de algum tipo de “máscara” em nosso comportamento, não sobreviveríamos como sociedade. A verdade clara e radical de cada um, se exibida e praticada sem qualquer mediação, seria insuportável. As chamadas “regras de convívio” supõem, sempre, algum “mascaramento”. Todos os nossos atos devem passar pelo filtro da conveniência, pelos padrões da “educação”, sob pena de serem tachados de insanos e violentamente repudiados.

*Num poema famoso, Manuel Bandeira confessou estar seduzido pelo lirismo libertário que reconhece nos bêbados e nos loucos. O poeta sabe que, nessas personagens, o impulso de liberdade já fugiu ao controle da razão, e se proclama sem qualquer senso de responsabilidade. São, por isso, inspirações para uma arte libertária, ou mesmo libertina: o poema está, aliás, num livro chamado **Libertinagem**. De fato, nada mais temível, quando se está lúcido, que a presença de um louco ou de um bêbado: sabe-se que deles se pode esperar tudo, que estão imunes a qualquer necessidade de mascaramento. Podem vir deles as verdades que ninguém costuma dizer. Algo semelhante, aliás, ocorre com a língua espontânea, sem freios, das crianças pequenas.*

Isso esclarece um pouco a razão das tensões que costumam nos tomar em nosso cotidiano. Vivemos buscando a verdade e a sinceridade absolutas, detestamos a hipocrisia e a falsidade; no entanto, ao mesmo tempo, temos que admitir e reprovar, em nós mesmos, a fraqueza de cada máscara que nos seja conveniente. Vivemos, assim, sobre esse fio de navalha entre a verdade e o disfarce. Queremos a qualquer custo um amigo verdadeiro, “que nos olhe nos olhos”; no entanto, sabemos o quanto é difícil aceitar sem mágoa a eventual reprimenda que, com toda justiça, o amigo venha a nos lançar ao rosto.

Queremos ser, ao mesmo tempo, polidos e solidamente honestos. Mas a polidez acaba sendo, muitas vezes, um verniz artificial, que envergonha a nossa sede de honestidade. Acredita-se que tais contradições tenham nascido com as primeiras instituições humanas. Regidos pela necessidade de viver socialmente, estabelecemos normas de conduta, demarcamos fronteiras para as iniciativas pessoais. Sem isso, talvez não sobrevivêssemos como espécie, e certamente não sofreríamos o peso da nossa própria humanidade.

(Calógeras do Nascimento)

1. As específicas tensões e contradições humanas que constituem o tema desse texto devem-se ao fato de que
 - (A) os homens não conseguem dissimular publicamente seus sentimentos pessoais mais verdadeiros.
 - (B) as mais legítimas paixões humanas são experimentadas tão-somente quando as revestimos de máscaras.
 - (C) o hábito do mascaramento faz-nos esquecer o desejo de sermos inteiramente verdadeiros.
 - (D) o desejo pela verdade absoluta e a necessidade de mascaramento ocorrem simultaneamente.
 - (E) as instituições sociais impedem que cada indivíduo exercite livremente sua inclinação para a hipocrisia.

2. A origem do “mascaramento” está apontada na seguinte passagem do texto:
 - (A) (...) confessou estar seduzido pelo lirismo libertário que reconhece nos bêbados e nos loucos.
 - (B) Vivemos buscando a verdade e a sinceridade absolutas, detestamos a hipocrisia e a falsidade (...)
 - (C) Mas a polidez acaba sendo, muitas vezes, um verniz artificial, que envergonha a nossa sede de honestidade.
 - (D) São, por isso, inspirações para uma arte libertária, ou mesmo libertina (...)
 - (E) A verdade clara e radical de cada um, se exibida e praticada sem qualquer mediação, seria insuportável.

3. Considere as seguintes afirmações:
 - I. No primeiro parágrafo as expressões “regras de convívio” e “padrões da “educação” aludem a formas de mascaramento.
 - II. No segundo parágrafo, a referência a Manuel Bandeira lembra que, em sua poesia, a aspiração à liberdade tende ao absoluto.
 - III. No terceiro parágrafo, a expressão “que nos olhe nos olhos” tem sentido análogo ao da expressão a fraqueza de cada máscara.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

 - (A) I e II, somente.
 - (B) I e III, somente.
 - (C) II e III, somente.
 - (D) II, somente.
 - (E) I, II e III.

<p>4. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em:</p> <p>(A) <i>sem qualquer mediação</i> (1º parágrafo) = sem possibilidade de veiculação.</p> <p>(B) <i>imunes a qualquer necessidade</i> (2º parágrafo) = alheios aos próprios desejos.</p> <p>(C) <i>regidos pela necessidade</i> (4º parágrafo) = subordinados ao imperativo.</p> <p>(D) <i>um verniz artificial</i> (4º parágrafo) = a verdade exposta.</p> <p>(E) <i>demarcamos fronteiras para as iniciativas pessoais</i> (4º parágrafo) = asseguramo-nos da liberdade de nossos empreendimentos.</p>	<p>8. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) Manuel Bandeira mostrou-se sensível <u>pela</u> desabusada liberdade dos loucos e dos bêbados.</p> <p>(B) Deve-se admitir <u>de que</u> a ausência de qualquer máscara é insuportável na vida social.</p> <p>(C) As tensões <u>em que</u> o nosso cotidiano é assaltado talvez fossem ainda maiores sem a providência das máscaras.</p> <p>(D) Não se sabe o que seria de nós se liberássemos os impulsos <u>a que</u> não costumamos dar vazão.</p> <p>(E) O fio da navalha, <u>a cujo</u> poder de corte ninguém duvida, figura o risco e a estreiteza do espaço em que é tão penoso se equilibrar.</p>
<p>5. <i>A verdade clara e radical de cada um, <u>se</u> exibida e praticada sem qualquer mediação, seria insuportável.</i></p> <p>No contexto da frase acima, a partícula sublinhada tem sentido equivalente ao de</p> <p>(A) muito embora.</p> <p>(B) uma vez.</p> <p>(C) ainda quando seja.</p> <p>(D) à medida que.</p> <p>(E) à proporção que seja.</p>	<p>9. Estão adequadamente articulados os tempos e os modos verbais na frase:</p> <p>(A) Caso viéssemos a desfrutar da mesma liberdade a que se entregam as crianças, seríamos considerados irresponsáveis e pueris.</p> <p>(B) No caso de virmos a desfrutar da mesma liberdade a que se entreguem as crianças, teríamos sido considerados irresponsáveis e pueris.</p> <p>(C) Se desfrutássemos da mesma liberdade que se tolera nas crianças, não terá faltado quem nos venha a acusar de irresponsáveis e pueris.</p> <p>(D) Jamais desfrutaremos da liberdade de comportamento das crianças, pois sabíamos que não faltará quem nos acusasse de irresponsáveis e pueris.</p> <p>(E) Não desfrutaríamos da liberdade das crianças porque tememos, de fato, que fôramos considerados irresponsáveis e pueris.</p>
<p>6. Há plena observância das normas de concordância verbal na frase:</p> <p>(A) Reconhece-se nos loucos e nos bêbados aqueles impulsos que fogem a qualquer tipo de mascaramento.</p> <p>(B) Vivemos assaltados por tensões, e não são sem razão que elas se associam às máscaras de que nos valem.</p> <p>(C) Acabaram encontrando repercussões nos versos de Manuel Bandeira o desassombro libertário dos loucos e dos bêbados.</p> <p>(D) Na linguagem das crianças encontra-se, como na dos loucos e na dos bêbados, índices de uma irresponsabilidade que faz inveja aos adultos.</p> <p>(E) Entre os profissionais de quem mais se exige sistemático uso de máscaras está o responsável pelo atendimento do público.</p>	<p>10. É preciso corrigir, em sua estrutura, a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) A liberdade que se considera admissível no comportamento de uma criança pequena provoca constrangimento e irritação, quando exercida por um adulto.</p> <p>(B) Quando se busca a verdade e a sinceridade absolutas, ocorre que a necessidade da máscara desmente este nosso anseio, sendo que por isso surgem as tensões.</p> <p>(C) A necessidade de ser polido e o desejo de ser inteiramente franco são concomitantes, provocando contradições íntimas em quase todos os indivíduos.</p> <p>(D) No âmbito da poesia e da arte em geral, a liberdade de criação parece não ter limites, mas a linguagem estética também se submete a critérios e convenções.</p> <p>(E) É verdade que o critério da conveniência é um parâmetro necessário em nossa vida social, mas algumas normas de etiqueta são ridiculamente artificiais.</p>
<p>7. A seguinte construção NÃO admite transposição para a voz passiva:</p> <p>(A) <i>Isso esclarece um pouco a razão das tensões (...)</i></p> <p>(B) <i>(...) detestamos a hipocrisia e a falsidade (...)</i></p> <p>(C) <i>Vivemos, assim, sobre esse fio de navalha entre a verdade e o disfarce.</i></p> <p>(D) <i>As chamadas “regras de convívio” supõem, sempre, algum “mascaramento”.</i></p> <p>(E) <i>(...) que nos olhe nos olhos (...)</i></p>	

11. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) Será preciso ler **Libertinagem** para que se (reconhecer), na poesia de Bandeira, suas formas “libertinas”.
- (B) A literatura muito freqüentemente explora esse tipo de conflito que (costumar) interiorizar as pessoas de todas as épocas.
- (C) A razão de muitas tensões que nos assaltam (estar) nas oscilações provocadas pelos sucessivos mascaramentos.
- (D) Se cada norma de conduta a que nos (submeter) fosse avaliada como inteiramente justa, seríamos menos tensos.
- (E) (acabar) por equilibrar-se num fio de navalha os que oscilam entre as verdades e as máscaras.

12. A ocorrência do sinal de crase justifica-se apenas na frase:

- (A) Há máscaras que envergamos com relativa naturalidade e àquelas de que nos socorremos com grande constrangimento.
- (B) As máscaras à que recorrem os atores lembram as que também nós envergamos em nosso dia-a-dia.
- (C) Quando assistimos à uma peça teatral, intensificamos nossa percepção das verdades simuladas.
- (D) As mentiras por vezes não se distinguem das verdades, sobretudo quando se passa a considerar àquelas como absolutamente necessárias.
- (E) O autor não se refere a um amigo qualquer, mas àquele a quem pedimos que nos olhe nos olhos.

13. Indica-se corretamente, entre parênteses, o sentido da palavra ou expressão sublinhada na frase:

- (A) Queremos ser, ao mesmo tempo, polidos e solidamente honestos. (esporadicamente)
- (B) (...) sob pena de serem tachados de insanos e violentamente repudiados. (qualificados)
- (C) (...) estão imunes a qualquer necessidade de mascaramento. (afeitos)
- (D) Isso esclarece um pouco a razão das tensões que costumam nos tomar em nosso cotidiano. (sobremaneira)
- (E) Acredita-se que tais contradições tenham nascido com as primeiras instituições humanas. (cujas)

14. Atente para as seguintes frases:

- I. O poeta Manuel Bandeira referido no texto é um artista que preza a liberdade absoluta.
- II. Tanto os loucos como os bêbados são apontados como exemplos de uma irracionalidade que dispensa o artifício das máscaras.
- III. Não fossem as máscaras quem sabe quantos inimigos não faríamos a cada dia?

Há exigência do emprego de vírgula(s) em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) III, somente.

15. Está correta a grafia de todas as palavras em:

- (A) Não é possível dissuadir alguém do uso da máscara, pois tal iniciativa só poderia advir de quem pudesse dispensar toda e qualquer dissimulação.
- (B) Se sobrevem alguma frustração no uso de máscaras, maior ela será para quem se abstenha de as utilizar.
- (C) A cortezia nem sempre é fraldulenta; felizmente, há muitas pessoas que prezam a delicadeza como um valor autêntico e inestimável.
- (D) A verdade não tem um valor venal, que se apresse em moeda conhecida; não consta no herário público, nem é passível de transmissão hereditária.
- (E) Quem menospreza as máscaras alheias está, na verdade, censurando a incompetência de quem as manuzeia junto ao rosto.

16. Aquele escritor vê máscaras em tudo, põe máscaras em todas as personagens, vale-se das máscaras para confundir os leitores, leitores estes pelos quais não demonstra o menor respeito intelectual.

Evitam-se as viciosas repetições do trecho acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) põe-lhes – das mesmas – com quem
- (B) põe-nas – daquelas – por quem
- (C) põe-nas – das mesmas – com quem
- (D) as põe – destas – de quem
- (E) põe elas – daquelas – por quem

<p>17. <i>Acredita-se que tais contradições tenham nascido com as primeiras instituições humanas.</i></p> <p>Em nova redação da frase acima, iniciando-se com <i>Acredita-se que as primeiras instituições humanas</i>, um complemento correto e coerente será</p> <p>(A) proviram de tais contradições. (B) têm origem naquelas contradições. (C) originaram-se por tais contradições. (D) tenham derivado tais contradições. (E) trouxeram consigo tais contradições.</p>	<p>21. Tendo em vista os direitos e vantagens do servidor público federal, é correto afirmar:</p> <p>(A) O provento do aposentado e as pensões não serão objeto de arresto, mesmo no caso de prestação de alimentos resultante de decisão judicial. (B) Sendo irredutível o vencimento do cargo efetivo, nenhum desconto poderá incidir, mesmo por mandado judicial, salvo a contribuição previdenciária. (C) As reposições e indenizações ao erário poderão ocorrer a critério da Administração e com parcelas proporcionais ao vencimento do servidor. (D) No caso de valores recebidos por força de liminar, se a tutela antecipada for revogada, aqueles não exigem atualização por ser decorrente de medida judicial. (E) As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito também poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.</p>
<p>18. A temporalidade expressa em <i>Alguém já disse</i>, na abertura do texto, NÃO encontra forma equivalente na expressão</p> <p>(A) Já se disse. (B) Já foi dito. (C) Já disseram. (D) Já se tem dito. (E) Disse-se já.</p>	<p>22. Ficou demonstrado que "X", servidor público federal, em razão do exercício irregular de suas atribuições, causou danos a "Y", proprietário de um estabelecimento comercial, que sofreu prejuízos patrimoniais e morais. Nesse caso, é certo que "X"</p> <p>(A) não deve responder perante a Fazenda Pública, em ação regressiva ou direta. (B) responderá, também, perante a Fazenda Pública, em ação regressiva. (C) estará sujeito à responsabilidade administrativa, excluída a civil, porque absorvida pela primeira. (D) não responderá por qualquer falta, ou ação regressiva, visto que a responsabilidade é sempre do Estado. (E) está sujeito à responsabilidade civil, mas as sanções não poderão cumular-se com as administrativas ou penais.</p>
<p>19. (...) <i>sabemos o quanto é difícil aceitar sem mágoa a eventual reprimenda que, com toda justiça, o amigo venha a nos lançar ao rosto.</i></p> <p>Uma outra redação correta e coerente da frase acima poderia ser:</p> <p>(A) Sabemos que não é nada fácil a aceitação sem mágoa na eventual censura que, justamente, o amigo venha nos inflingir ao rosto. (B) Sabemos o quão difícil é assimilar a suposta restrição que, com justeza, o amigo nos interponha à nossa presença. (C) Sabemos quão difícil é acolher sem ressentimento a eventual e justa censura que o amigo nos lance diretamente ao rosto. (D) Sabemos ser difícil o aceite sem mágoa da fortuíta acusação que, de modo justo, o amigo venha a assacar em nosso rosto. (E) Sabemos não ser nada fácil a aceitação sem ressentimento quanto a eventual restrição que o amigo justo venha a brandir para nós.</p>	<p>23. No que diz respeito ao provimento de cargos públicos, é certo que</p> <p>(A) a nacionalidade brasileira e a quitação com as obrigações militares não são consideradas requisitos básicos para a investidura em cargo público. (B) a investidura em cargo ou função pública, com vencimento pago pelos cofres públicos ocorre com o exercício, que deverá ser comunicado à autoridade no prazo de cinco dias. (C) as instituições de pesquisas científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e procedimentos da Lei nº 8.112/90. (D) para as pessoas portadoras de deficiência serão reservadas até dez por cento das vagas oferecidas no concurso público para provimento dos respectivos cargos. (E) a posse em outro cargo inacumulável está prevista, também, como uma das formas de provimento de cargos ou de funções públicas.</p>
<p>20. Está clara, correta e coerente a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Manuel Bandeira confessou seu fascínio pela liberdade absoluta que caracteriza o comportamento incorrigível dos loucos e dos bêbados. (B) Muitas vezes quem pede para se ser inteiramente franco está atrás de um julgamento que lhe seja tão somente condescendente. (C) No título do texto já tem a oposição central que se irá tratar em seu tema, onde permanece o confronto do verdadeiro com o falso. (D) O autor recorreu ao poeta Manuel Bandeira porque ele acredita constituir os bêbados e os loucos como um exemplo feliz da liberdade total. (E) Presume-se a partir do texto, que não depende apenas do indivíduo a responsabilidade do mascaramento, já que este se inclui na sociedade.</p>	

24. "M", tendo tomado posse e entrado em exercício no cargo de analista judiciário, deve ter conhecimento de que, nesta oportunidade, será considerado como um de seus deveres funcionais
- (A) atender, de imediato, quaisquer informações requeridas pelo público em geral.
- (B) cumprir todas as ordens superiores, não lhe cabendo apreciar seu conteúdo ou finalidade.
- (C) representar contra ilegalidade e ações decorrentes do uso regular do poder.
- (D) atender com presteza à expedição de certidões requeridas para esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- (E) levar ao conhecimento das autoridades todas as informações de que tiver ciência em razão do cargo.

25. "Z", servidor público federal, foi processado e julgado em processo administrativo de natureza disciplinar. O referido processo administrativo está sujeito à revisão. Assim, é INCORRETO afirmar que, no caso de ausência ou desaparecimento de "Z", a revisão poderá ser
- (A) providenciada, desde que de ofício e com os requisitos necessários.
- (B) requerida por qualquer pessoa da família.
- (C) requerida pelo respectivo curador, se portador de incapacidade mental.
- (D) providenciada a pedido ou de ofício, quando presentes os requisitos legais.
- (E) requerida pelo seu cônjuge ou descendentes também no caso de falecimento.

26. Tendo em vista as situações de acumulação remunerada de cargos públicos, analise:
- I. A acumulação de cargos, quando lícita, independe da compatibilidade de horários.
- II. O servidor que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, não estará obrigado, em qualquer hipótese, a afastar-se desses cargos efetivos.
- III. A proibição de acumular não se estende, dentre outros casos, a empregos em sociedade de economia mista dos Territórios federais.
- IV. O servidor não poderá, de regra, exercer mais de um cargo em comissão.
- Diante disso, está correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, III e IV.

27. Considere as situações dos servidores públicos abaixo:
- I. "T", servidora pública federal, afastou-se da sede em caráter transitório para outro ponto do território nacional. Portanto, deverá receber, além das passagens, a indenização para despesas extraordinárias, a exemplo da locomoção urbana.
- II. "F", servidora federal, utiliza meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo. Assim, deverá receber indenização para despesas dessa natureza.
- Nesses casos, à "T" e à "F" serão concedidas, respectivamente,
- (A) diárias e indenização de transporte.
- (B) adicional por serviço extraordinário e ajuda de custo.
- (C) indenização de transporte e adicional de atividade penosa.
- (D) adicional por serviço extraordinário e diárias.
- (E) ajuda de custo e adicional de atividade penosa.

28. São requisitos específicos dos atos administrativos:
- (A) objeto; formalidade; argumentação; parte capaz e natureza jurídica.
- (B) conteúdo; licitude; fundamentação; forma e finalidade.
- (C) fundamentação; natureza jurídica; formalidade; competência e objetividade.
- (D) competência; objeto; forma; finalidade e motivo.
- (E) agente capaz; argumentação; forma, finalidade e licitude.

29. É da essência do ato administrativo típico, conforme doutrina dominante, a
- (A) universalidade.
- (B) bilateralidade.
- (C) multilateralidade.
- (D) complexidade.
- (E) unilateralidade.

30. A invalidação ou anulação do ato administrativo está relacionada, tecnicamente, à
- (A) caducidade do ato.
- (B) ilegalidade do ato.
- (C) cessação dos seus efeitos.
- (D) cassação do ato.
- (E) revogação do ato.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Um gasto efetuado com a aquisição a prazo de matéria-prima reduz o patrimônio líquido de uma empresa industrial na data em que
- (A) ocorrer a venda do produto fabricado com utilização da referida matéria-prima.
 - (B) for adquirido o bem.
 - (C) for utilizada a referida matéria-prima no processo industrial.
 - (D) o bem for recebido e passar a integrar o estoque da entidade.
 - (E) for efetuado o pagamento.

Instruções: Para responder às questões de números 32 e 33, considere as informações abaixo.

Uma companhia comercial e prestadora de serviços realizou, num determinado mês, as operações a seguir, em ordem não cronológica, todas devidamente contabilizadas com respeito ao regime de competência:

- Pagamento antecipado, em dinheiro, de duplicata de seu aceite no valor de R\$ 50.000,00, com desconto de 2%;
- Emissão de Nota Fiscal relativa à prestação de serviços, no valor de R\$ 80.000,00, a prazo;
- Aquisição a prazo de material de consumo no valor de R\$ 3.000,00, apropriando-o em conta de despesa;
- Recebimento de aviso bancário que duplicata de sua emissão, no valor de R\$ 100.000,00, foi paga pelo sacado;
- Aquisição de mercadorias a prazo no valor de R\$ 87.000,00;
- Emissão de cheque no valor de R\$ 45.000,00, sacando o dinheiro em seguida;
- Empréstimo em dinheiro a sócio no valor de R\$ 12.000,00;
- Pagamento de salários do mês anterior aos empregados, em dinheiro, no valor de R\$ 28.000,00.

32. Se o saldo final da conta Caixa, após as operações citadas, era de R\$ 27.000,00, o saldo inicial da referida conta, antes de tais operações, correspondia, em R\$, a
- (A) 17.000,00
 - (B) 41.000,00
 - (C) 44.000,00
 - (D) 71.000,00
 - (E) 116.000,00

33. Em virtude das operações citadas, o Passivo Circulante da companhia
- (A) aumentou R\$ 13.000,00.
 - (B) aumentou R\$ 12.000,00.
 - (C) diminuiu R\$ 3.000,00.
 - (D) diminuiu R\$ 11.000,00.
 - (E) diminuiu R\$ 74.000,00.

34. Em relação às formalidades da escrituração contábil previstas nas Normas Brasileiras de Contabilidade, é correto afirmar:
- (A) É proibido o uso de códigos ou de abreviaturas nos históricos dos lançamentos no livro Diário.
 - (B) Poderão ocorrer borrões ou rasuras na escrituração, desde que apoiadas por justificativa por escrito do contabilista responsável.
 - (C) É dispensada a transcrição do Balanço e das demais demonstrações contábeis no livro Diário, já que este contém os lançamentos que originaram sua elaboração.
 - (D) É proibida a escrituração por processo eletrônico, salvo se autorizada pela Junta Comercial.
 - (E) É permitida a escrituração do Livro Diário em partidas mensais, desde que apoiada por registro analítico em livros auxiliares.

35. Na escrituração contábil, os saldos das contas do Ativo, do Passivo Exigível e do Patrimônio Líquido diminuem quando, respectivamente, são
- (A) debitadas, creditadas e debitadas.
 - (B) debitadas, debitadas e creditadas.
 - (C) creditadas, debitadas e debitadas.
 - (D) creditadas, creditadas e debitadas.
 - (E) creditadas, debitadas e creditadas.

36. Uma companhia comercial efetuou um seguro contra incêndio em 01/08/2006, cujo prêmio correspondeu a R\$ 27.000,00 para uma cobertura de 36 meses, com vigência imediata. O prêmio foi pago em três parcelas iguais e mensais de R\$ 9.000,00, vencida a última em 01/11/2006. Seguindo estritamente o regime de competência, a companhia deverá ter lançado em sua escrituração contábil como despesa de seguros, no exercício findo em 31/12/2006, o total, em R\$, de
- (A) 3.750,00
 - (B) 3.000,00
 - (C) 2.250,00
 - (D) 1.500,00
 - (E) 750,00

37. O preço unitário de custo de aquisição das mercadorias revendidas pela Cia. Comercial Votuporanga registrou uma constante elevação durante todo o exercício de 2006. Logo, o lucro bruto com mercadorias terá escala ascendente se empregados, pela ordem, os sistemas de avaliação de estoques
- (A) UEPS, PEPS e Média Ponderada Móvel.
 - (B) Média Ponderada Móvel, UEPS e PEPS.
 - (C) PEPS, Média Ponderada Móvel e UEPS.
 - (D) PEPS, UEPS e Média Ponderada Móvel.
 - (E) UEPS, Média Ponderada Móvel e PEPS.

38. A Cia. Piraju possuía em seu estoque 250 unidades de uma mercadoria, adquiridas ao custo unitário de R\$ 10,00. Posteriormente, ocorreram os seguintes fatos, em ordem cronológica:

- Aquisição de 150 unidades ao custo unitário de R\$ 12,00;
- Venda de 300 unidades ao preço de R\$ 25,00 cada uma;
- Aquisição de 180 unidades ao custo unitário de R\$ 11,00;
- Aquisição de 100 unidades ao custo unitário de R\$ 11,50;
- Venda de 320 unidades ao preço de R\$ 22,00 cada uma;
- Aquisição de 50 unidades ao custo unitário de R\$ 13,00.

Desconsiderando-se os tributos nas referidas operações, no final do período, o estoque final da companhia, avaliado pelo critério PEPS, corresponderá, em R\$, a

- (A) 650,00
- (B) 1.250,00
- (C) 1.314,00
- (D) 1.340,00
- (E) 1.450,00

39. A Cia. Comercial Messias efetuou os seguintes lançamentos para registrar uma devolução de vendas:

Devolução de Vendas a Diversos	250.000,00
a Duplicatas a Receber	200.000,00
a Descontos Incondicionais Concedidos	50.000,00
ICMS a Recuperar a ICMS sobre Vendas	36.000,00
Mercadorias em Estoque a Custo das Mercadorias Vendidas	40.000,00
Comissões a Pagar a Despesas com Comissões sobre Vendas	10.000,00

Abstraindo a incidência de PIS e de COFINS e sabendo que a venda e a respectiva devolução ocorreram no mesmo exercício social, a devolução de vendas provocará uma redução no lucro bruto no valor, em R\$, de

- (A) 114.000,00
- (B) 124.000,00
- (C) 134.000,00
- (D) 160.000,00
- (E) 174.000,00

Instruções: Para responder às questões de números 40 a 42, utilize as informações a seguir (em R\$), extraídas da Demonstração de Resultado da Cia. Avaré em 31/12/2006.

- Receita Bruta de Vendas.....	220.000,00
- Receitas Financeiras	6.000,00
- Ganho na Equivalência Patrimonial.....	15.000,00
- Despesas de Comissões sobre Vendas.....	4.000,00
- Reversão de Provisões	5.000,00
- Outras Despesas Operacionais.....	26.000,00
- Custo das Mercadorias Vendidas.....	105.500,00
- Descontos Incondicionais Concedidos	20.000,00
- PIS sobre Vendas.....	3.300,00
- COFINS sobre Vendas.....	15.200,00
- Resultado Não-operacional Positivo.....	8.000,00
- Despesas Financeiras	2.000,00
- Provisão para Imposto de Renda	3.000,00
- Provisão para Contribuição Social.....	1.800,00
- Participação dos Empregados no lucro	2.500,00
- ICMS sobre Vendas	36.000,00

40. O lucro bruto da Cia. Avaré nesse exercício correspondeu, em R\$, a

- (A) 60.000,00
- (B) 58.500,00
- (C) 40.000,00
- (D) 38.500,00
- (E) 38.000,00

41. O lucro operacional líquido da Cia. Avaré nesse exercício foi, em R\$,

- (A) 34.000,00
- (B) 31.500,00
- (C) 29.000,00
- (D) 19.000,00
- (E) 14.000,00

42. O lucro líquido do exercício da Cia. Avaré nesse exercício montou, em R\$, a

- (A) 17.200,00
- (B) 34.000,00
- (C) 34.700,00
- (D) 37.200,00
- (E) 42.000,00

43. Dados extraídos do Balanço Patrimonial da Cia. Garça em 31/12/2006:

Passivo Circulante.....	250.000,00
Ativo Permanente.....	420.000,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	110.000,00
Resultado de Exercícios Futuros	10.000,00
Patrimônio Líquido	380.000,00
Capital Circulante Líquido (positivo).....	50.000,00

O valor do Passivo Exigível a Longo Prazo da companhia, naquela data, importava, em R\$, em

- (A) 290.000,00
- (B) 270.000,00
- (C) 240.000,00
- (D) 210.000,00
- (E) 190.000,00

44. Uma determinada empresa comercial efetuou o desconto de duplicatas de sua emissão no valor de R\$ 200.000,00 junto a um estabelecimento bancário em 1º de dezembro de 2005. O prazo de vencimento dos títulos era de 90 dias. A taxa de desconto simples do banco é de 2% ao mês. O valor dos encargos financeiros referentes à operação, a serem lançados como despesa na contabilidade da sociedade no ano-calendário de 2005, no regime de competência dos exercícios, em R\$, é de

- (A) 3.500,00
- (B) 4.000,00
- (C) 4.500,00
- (D) 6.000,00
- (E) 8.000,00

45. A Cia. Martinez adquiriu uma máquina para utilização em suas atividades industriais, em 01/03/2002, por R\$ 180.000,00, tendo-a colocado imediatamente em funcionamento. A vida útil da máquina foi estimada em dez anos, com um valor residual previsto de R\$ 12.000,00. O valor contábil dessa máquina, no Balanço Patrimonial de 31/12/2005, correspondia, em R\$, a

- (A) 98.800,00
- (B) 110.000,00
- (C) 112.800,00
- (D) 115.600,00
- (E) 117.200,00

46. Representa uma reserva de lucros:

- (A) Reserva de Ágio na Emissão de Ações.
- (B) Reserva de Prêmio na Emissão de Debêntures.
- (C) Reserva para Contingências.
- (D) Reserva de Subvenção para Investimento.
- (E) Reserva de Reavaliação.

47. Foi feito o seguinte lançamento na contabilidade da Cia. Ourinhos:

Despesa com Provisões	60.800,00
a Diversos	
a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	23.000,00
a Provisão para Férias	18.000,00
a Provisão para Ajuste ao Valor de Mercado	3.500,00
a Provisão para o 13º Salário	16.300,00

Em virtude desse lançamento, o Passivo Circulante da companhia foi aumentado, em R\$, em

- (A) 60.800,00
- (B) 57.300,00
- (C) 44.500,00
- (D) 42.800,00
- (E) 34.300,00

48. Foram extraídos os seguintes dados, em R\$, da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados da Cia. Ribeirão Claro de 31/12/2005:

Saldo inicial devedor.....	89.000,00
Ajuste credor de exercícios anteriores.....	4.000,00
Lucro líquido do exercício de 2005	98.000,00
Constituição da reserva legal.....	4.900,00
Constituição da reserva estatutária.....	9.800,00
Reversão da reserva de contingências.....	1.500,00
Reversão da reserva de lucros a realizar	1.800,00

Considerando somente essas informações, o saldo final da referida demonstração foi

- (A) devedor no valor de R\$ 400,00.
- (B) devedor no valor de R\$ 200,00.
- (C) nulo.
- (D) credor no valor de R\$ 1.600,00.
- (E) credor no valor de R\$ 2.400,00.

49. Na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos da Cia. Penápolis, referente ao exercício findo em 31/12/2005, as aplicações dos recursos somaram R\$ 250.000,00. Da mesma demonstração, foram extraídas as seguintes informações, em R\$:

Ativo Circulante em 31-12-2004	460.000,00
Ativo Circulante em 31-12-2005	640.000,00
Passivo Circulante em 31-12-2004.....	430.000,00
Passivo Circulante em 31-12-2005.....	720.000,00

É correto concluir que o montante das origens de recursos na referida demonstração foi, em R\$,

- (A) 140.000,00
- (B) 180.000,00
- (C) 290.000,00
- (D) 360.000,00
- (E) 390.000,00

50. Em relação aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, é correto afirmar:

- (A) Ocorrida a liquidação da entidade, os valores diferidos não poderão mais ser convertidos em despesas.
- (B) No recebimento de doação pela entidade, o registro deve ser feito pelo valor de mercado.
- (C) A apropriação de receitas e despesas é vinculada ao recebimento de numerário ou ao desembolso de caixa.
- (D) As variações patrimoniais somente são reconhecidas quando há certeza definitiva de sua ocorrência.
- (E) A utilização da moeda nacional nos registros contábeis assegura a representação dos valores das contas em unidades de poder aquisitivo constante.

51. É um exemplo de receita corrente:

- (A) receita patrimonial.
- (B) receita da alienação de bens.
- (C) receita de operações de crédito.
- (D) amortização de empréstimos concedidos.
- (E) depósito recebido para garantia de instância.

52. Constituem despesas de capital orçamentárias

- (A) os déficits do orçamento corrente.
- (B) os juros e os encargos sobre dívida fundada.
- (C) os débitos de tesouraria.
- (D) as inversões financeiras.
- (E) as cauções prestadas pelo poder público.

53. É exemplo de interferência ativa extra-orçamentária:

- (A) aquisição de bens imóveis.
- (B) transferências financeiras para restos a pagar.
- (C) quotas recebidas.
- (D) repasses recebidos.
- (E) quotas concedidas.

54. A quitação de uma dívida ativa regularmente inscrita provoca o seguinte lançamento contábil no Sistema Patrimonial de um ente público:

- (A) Bancos C/Movimento a Receitas Correntes
- (B) Bancos C/Movimento a Receitas de Capital
- (C) Variações Patrimoniais Ativas a Receitas de Capital
- (D) Dívida Ativa a Variações Patrimoniais Ativas
- (E) Variações Patrimoniais Passivas a Dívida Ativa

55. A despesa orçamentária passa por várias fases de execução (estágios) cuja ordem cronológica deve ser seguida rigorosamente. O estágio da liquidação da despesa é aquele em que

- (A) o credor comparece perante o agente pagador, identifica-se, recebe seu crédito e dá a competente quitação.
- (B) é estabelecida a programação financeira e sua execução mensal, por meio de ato do Poder Executivo.
- (C) é verificado o direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- (D) é criada para o Poder Público uma obrigação de pagamento, por meio de ato emanado de autoridade competente.
- (E) é procedida a licitação da despesa com o objetivo de verificar, entre os vários fornecedores habilitados, quem oferece condições mais vantajosas.

56. Informações constantes do Balanço Financeiro de um determinado ente público (em R\$):

Receitas Correntes.....	340.000,00
Disponibilidades no final do exercício	105.000,00
Receitas de Capital	230.000,00
Restos a Pagar inscritos no exercício	15.000,00
Restos a Pagar pagos no exercício.....	12.000,00
Disponibilidades no início do exercício.....	123.000,00
Depósitos recebidos.....	28.000,00

Considerando-se apenas essas informações, o total das despesas orçamentárias correspondeu, em R\$, a

- (A) 591.000,00
- (B) 604.000,00
- (C) 607.000,00
- (D) 616.000,00
- (E) 619.000,00

57. Dados extraídos do Balanço Orçamentário de um determinado ente público (em R\$):

Superávit orçamentário	30.000,00
Economia de despesa.....	10.000,00
Excesso de arrecadação.....	8.000,00
Despesa fixada.....	160.000,00

O total da receita arrecadada no exercício por esse órgão correspondeu, em R\$, a

- (A) 180.000,00
- (B) 170.000,00
- (C) 162.000,00
- (D) 150.000,00
- (E) 142.000,00

58. Foram extraídas as seguintes informações do Balanço Patrimonial de um determinado ente público (em R\$):

Ativo Real Líquido	150.000,00
Passivo Compensado	25.000,00
Passivo Permanente	100.000,00

Sabendo-se que o valor do Ativo Financeiro, na referida demonstração, foi maior que do Passivo Financeiro em R\$ 45.000,00, é correto concluir que o valor do Ativo Permanente corresponde, em R\$, a

- (A) 175.000,00
- (B) 180.000,00
- (C) 205.000,00
- (D) 230.000,00
- (E) 495.000,00

<p>59. A fórmula do montante de uma aplicação financeira efetuada à taxa de juros composta é:</p> <p>Dados: M = montante C = capital inicial i = taxa de juros mensal unitária n = número de meses da aplicação</p> <p>(A) $M = C (1 + in)$ (B) $M = C (1 + i)^n$ (C) $M = C (1 + i^n)$ (D) $M = C (1 + i)n$ (E) $M = (Ci)^n$</p>	<p>63. No Brasil, pertencem ao exercício financeiro as</p> <p>(A) receitas nele lançadas. (B) despesas nele fixadas e processadas. (C) despesas nele empenhadas e liquidadas. (D) despesas que nele tenham sido pagas. (E) receitas nele arrecadadas.</p>
<p>60. Um empréstimo de R\$ 270.000,00 deverá ser devolvido em 30 prestações mensais pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), vencendo a primeira prestação um mês após a data da operação. Sabendo-se que a taxa de juros do empréstimo é de 2% ao mês, o valor da 21ª prestação é igual, em R\$, a</p> <p>(A) 9.000,00 (B) 9.920,00 (C) 10.620,00 (D) 10.800,00 (E) 10.920,00</p>	<p>64. Poderá integrar a Lei Orçamentária Anual:</p> <p>(A) Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas para os resultados nominal e primário. (B) autorização para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. (C) Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas. (D) o valor total das despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. (E) política de aplicação de recursos para as agências financeiras oficiais de fomento.</p>
<p>61. De acordo com o princípio orçamentário da universalidade,</p> <p>(A) todas as receitas e despesas devem constar da lei orçamentária, para fins de controle pelo Poder Legislativo. (B) a lei orçamentária anual não pode conter dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa. (C) as receitas e despesas devem constar do orçamento pelos seus valores brutos, vedadas quaisquer deduções. (D) deve haver apenas uma única lei orçamentária anual para cada esfera do Governo. (E) a receita de impostos não pode estar vinculada a órgãos, fundos ou despesas, ressalvados os casos previstos na Constituição.</p>	<p>65. É uma receita de capital orçamentária:</p> <p>(A) Aluguéis de imóveis de propriedade da unidade gestora. (B) Juros recebidos relativos à dívida ativa. (C) Multa de ofício sobre tributos. (D) Ingresso decorrente da alienação de bens móveis. (E) Receita industrial.</p>
<p>62. É característica do orçamento-programa a</p> <p>(A) ênfase nos aspectos contábeis e legais da gestão. (B) prioridade para as necessidades financeiras das unidades gestoras. (C) análise minuciosa das ações que o governo realiza. (D) distribuição de recursos segundo os objetos do gasto. (E) elaboração empírica, com base no que foi gasto no exercício anterior.</p>	<p>66. O Fundo de Participação dos Estados, previsto na Constituição Federal, é constituído por recursos provenientes do imposto</p> <p>(A) sobre circulação de mercadorias e serviços e do imposto sobre doações. (B) de renda e do imposto sobre produtos industrializados. (C) territorial rural e do imposto sobre veículos automotores. (D) de renda e do imposto sobre operações financeiras. (E) sobre circulação de mercadorias e serviços e do imposto sobre produtos industrializados.</p> <p>67. Sobre licitação, analise:</p> <p>I. Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal darão preferência, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação, aos que tenham tecnologia desenvolvida em nosso país. II. Nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso, a administração pública deverá utilizar o tipo de licitação que consiste na aceitação de maior lance ou oferta. III. É vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade do licitante, para aferir sua capacidade financeira de honrar o contrato. IV. Somente poderá participar da licitação o interessado que prove sua regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.</p> <p>É correto o que consta em:</p> <p>(A) I, II, III, IV. (B) I e IV, apenas. (C) II e IV, apenas. (D) II e III, apenas. (E) II, III e IV, apenas.</p>

68. O suprimento de fundos
- (A) dispensa a prestação de contas por parte do servidor beneficiado.
 - (B) pode ser concedido a servidor que tenha a seu cargo a guarda do material a adquirir.
 - (C) deve ser sempre precedido do empenho, mesmo que seja por um valor estimado.
 - (D) é utilizado para o pagamento de restos a pagar com prescrição interrompida.
 - (E) não se aplica a despesas que devam ser feitas em caráter sigiloso.

69. Em relação aos créditos adicionais, é correto afirmar que
- (A) os créditos adicionais são classificados em três tipos: complementares, especiais e extraordinários.
 - (B) os créditos extraordinários podem já estar previstos na lei orçamentária através de reserva de contingência.
 - (C) os créditos complementares destinam-se ao reforço de categoria de programação orçamentária já existente.
 - (D) os créditos extraordinários destinam-se às despesas para as quais não haja categoria de programação orçamentária específica, visando atender objetivo não previsto no orçamento.
 - (E) é vedada a abertura de crédito especial ou suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

70. Por ser equiparada a uma operação de crédito, é permitida a operação que implique, para o ente público,
- (A) a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.
 - (B) a assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes.
 - (C) a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a *posteriori* de bens e serviços.
 - (D) o recebimento antecipado de lucros e dividendos de empresa que detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.
 - (E) a captação de recursos de uma instituição financeira estatal por ele controlada, na qualidade de beneficiário do empréstimo.